

MAPEAMENTO DE CONFLITOS AMBIENTAIS ENVOLVENDO PESCADORES(AS) ARTESANAIS: PERCEPÇÕES SOBRE A PROPOSTA

*MAPPING ENVIRONMENTAL CONFLICTS INVOLVING ARTISAN FISHERMEN(WOMEN):
PERCEPTIONS ABOUT THE PROPOSAL*

*MAPEO DE CONFLICTOS AMBIENTALES QUE INVOLUCRAN PESCADORES(AS) ARTESANALES:
PERCEPCIONES SOBRE LA PROPUESTA*

REIS, Naetê Barbosa Lima

LOPES, Angeline da Conceição

HUBNER, Juliana Conti

LONGARAY, Andrine Da Silva

TRENTIN, Gracieli

COSTA, Marilia Silva Da

Resenha do WebSIG “Mapeamento de Conflitos Ambientais envolvendo pescadores e pescadoras artesanais na zona costeira” organizado pelo Laboratório Interdisciplinar MARéSS – Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)¹.

A análise que aqui elaboramos é fruto da reflexão de uma pescadora artesanal, que atua como educadora ambiental e liderança, de uma doutoranda e educadora ambiental e de parte das pesquisadoras responsáveis pela organização do Mapeamento dos Conflitos Ambientais envolvendo Pescadores(as) Artesanais na Zona Costeira, objeto de tais reflexões. Neste percurso, vislumbramos apontar os aspectos que consideramos positivos e uma análise crítica sobre o WebSIG, tanto na perspectiva daqueles que contribuíram com o mapeamento como colaboradoras, como daquelas que participaram de sua organização.

O objetivo de mapear conflitos ambientais é o de conferir maior visibilidade às lutas e aos conflitos ambientais que são vivenciados pelos atores sociais que possuem na pesca artesanal parte do seu modo de vida. Neste sentido, destacamos que tais atores podem se autodenominar de distintas formas, mas possuem a atividade pesqueira como parte do seu processo produtivo. Assim, além de pescadores e pescadoras artesanais, os conflitos ambientais descritos são vivenciados, também, por catadores de caranguejo, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, dentre outros grupos.

O WebSIG apresenta, no momento de sua publicação em agosto de 2021, a sistematização de 47 conflitos ambientais localizados ao longo do litoral fluminense e referenciados no mapa², a partir do município principal (Figura 1).

1. Disponível www.maress.furg.br, especificamente como parte do projeto “Mapeamento de Conflitos na Pesca”, pelo link: <https://maress.furg.br/27-projetos-em-andamento/107-mapeando-inicio>.

2. Sistematização realizada no âmbito do projeto “Impactos na Pesca”, de responsabilidade do mesmo laboratório com apoio do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), decorrente do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Campo de Frade, exigido pelo Ministério Público Federal (MPF) e de responsabilidade da PETRORIO.

Figura 1: Localização dos conflitos ambientais (A);



Informações sobre cada conflito ambiental e acesso à ficha técnica (B).

Os conflitos mapeados articulam dados oriundos de outros mapeamentos de conflitos ambientais envolvendo pescadores(as) artesanais no litoral fluminense³ com dados sistematizados por colaboradores(as) selecionados pela vivência e experiência na temática abordada, que contribuiram com seus saberes no preenchimento e detalhamento das informações.

A partir do mapa principal, duas opções são possíveis aos(às) usuários(as) do WebSIG: clicar no ícone do conflito e acessar uma ficha técnica que contém maior detalhamento, sendo possível realizar o *download* ou fazer uso do menu situado ao lado esquerdo da página, que apresenta algumas opções de informações especializadas

Nas fichas é possível identificar atividades econômicas e/ou políticas públicas geradoras de injustiça ambiental, as quais contribuem para a origem de tensões e manifestações dos grupos dependentes da pesca artesanal. Dentre as atividades econômicas observadas têm-se: i) Indústrias química e petrolíferas; ii) Portos e estaleiros; iii) Grilagem/Posse/Ausência de demarcação de terras; iv) Agropecuária.

No que diz respeito às políticas ambientais, há um destaque para o Licenciamento Ambiental - no sentido de ausência ou insuficiência - e também em relação as práticas de Ordenamento Pesqueiro. Contudo, há opção de mapeamento envolvendo outras políticas ambientais, tais como gestão de áreas protegidas e gestão de recursos hídricos. A sistematização de conflitos ambientais envolvendo políticas ambientais é uma inovação neste mapeamento, face que comparado a outros, em geral, há maior ênfase sobre as atividades econômicas geradoras de injustiças e poucas referências às políticas ambientais. Contudo, de maneira geral, o mapeamento propõe-se a ser qualitativo, não incorporando todos os conflitos ambientais vivenciados pelos(as) pescadores(as) artesanais fluminenses.

3. Dos mapeamentos pré-existent, foram incorporados os dados do acervo do "Mapa de Conflitos envolvendo Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil" de responsabilidade da Fundação Oswaldo Cruz, tendo sido parte deles atualizados pela equipe com novas referências bibliográficas e dados oriundos do projeto "Mulheres da Pesca" de responsabilidade da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

As fichas apresentam ainda informações sobre os grupos sociais afetados pelos conflitos ambientais; os impactos e danos oriundos do conflito; os danos e riscos à saúde decorrentes da tensão; além do contexto que se insere o conflito e uma síntese.

Em relação às informações que podem ser especializadas, as opções no menu do mapa são interessantes, mas ainda restritas. Entretanto, a proposta de mapeamento apresenta-se em permanente construção, seja no sentido de melhorar as opções de interação, seja em atualizar os conflitos ambientais descritos e incorporar novos conflitos ambientais, tanto no litoral fluminense como em outros estados costeiros.

O mapeamento de conflitos ambientais evidencia a importância das comunidades pesqueiras artesanais em relação à geração de trabalho e renda, como sua importância no combate à insegurança alimentar, expondo a lógica de expropriação de seus territórios por atividades econômicas, corroborada pelo Estado. Em consequência, mapear conflitos ambientais se configura como uma proposta contra-hegemônica, visto que, sistematiza e detalha os conflitos ambientais em suas dimensões espaciais e territoriais, a partir das narrativas de lutas e (re)existências das comunidades pesqueiras pela manutenção de seus meios de vida.

Compreender as principais atividades econômicas e políticas públicas geradoras de conflitos para o setor, bem como apoiar as comunidades pesqueiras artesanais na manutenção e ampliação de seus direitos, constitui um passo fundamental para fortalecer uma agenda política comprometida com a defesa dos territórios pesqueiros. Também aponta para a construção de uma ciência igualmente contra-hegemônica. Ou seja, que problematiza o papel da ciência moderna, cuja perspectiva eurocentrada se autoproclama capaz de acessar a realidade verdadeira, livre de subjetividades morais, sociais e políticas.

Para Santos (2019), a contraposição ao modelo hegemônico de ciência e do cientista, denomina-se como uma pesquisa pós-abissal. Sob essa abordagem, deve-se incorporar a perspectiva da sociologia das ausências e promover novas formas de sociabilidade. Assim, o conceito de sociologia das ausências traz elementos que reforçam a importância de se caminhar lado a lado, junto aos grupos historicamente subalternizados, e de se valorizar e reconhecer os saberes tradicionais, que correspondem a conhecimentos não científicos, e que possuem como principais características, serem práticos, empíricos, populares e produzidos de forma integrada às práticas sociais. Sob essa racionalidade, o conhecimento tradicional é compreendido como um dos elementos fundamentais para a gestão ambiental e para outras sociabilidades, que se diferenciam do modelo urbano-industrial hegemônico imposto aos pescadores(as) artesanais.

O conhecimento científico pós-abissal é sempre um co-conhecimento, é sempre co-criação, visto que, nesse processo não se conhece sobre, mas, se conhece com, na perspectiva de produzir conhecimentos para fortalecer lutas e resistências contra os processos de dominação. Dessa forma, para que seja possível produzir uma pesquisa pós-abissal, cabe aos(as) investigadores(as) discutirem devidamente as práticas metodológicas acionadas para construção da pesquisa, para que sejam não-extrativistas, dialógicas e problematizadoras.

Com o intuito de dar continuidade ao mapeamento, foi proposta uma parceria com o Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte⁴ executado pela UENF, na atualização e sistematização de conflitos ambientais nos dez municípios de abrangência do projeto, sendo: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana. O Pescarte atua na mitigação de impactos negativos promovidos pela produção e escoamento de petróleo e gás, que atingem prioritariamente comunidades de pesca artesanal. Os PEAs são exigidos no âmbito do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O principal objetivo do projeto é a criação de uma rede social regional integrada de comunidades de pesca artesanal, por meio de projetos de geração de trabalho e renda.

Parte dos 47 conflitos ambientais mapeados no mapeamento apresentado, envolvendo comunidades de pesca artesanal, estão territorializados na área de abrangência do PEA Pescarte e foram preenchidos no

4. <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=6> Acessado em: 01/10/21.

período pré pandemia. Durante o momento pandêmico, as atividades do projeto têm sido realizadas de forma remota, cumprindo os protocolos sanitários estabelecidos para o enfrentamento do vírus covid-19. Apesar dos desafios impostos pela pandemia, acreditamos na importância de se manter o mapeamento de conflitos ambientais, mesmo na modalidade *online*, visto que, esse processo, carregado de intencionalidade pedagógica, favorece a manutenção de pautas de lutas das comunidades pesqueiras artesanais na arena pública

Destacamos que o mapeamento de conflitos na área de abrangência do PEA Pescarte, que possui uma escala regional, poderá expor singularidades e contextos semelhantes desses territórios analisados, tornando-se uma ferramenta pedagógica para todos(as) os(as) envolvidos(as) com o projeto. Essa experiência inclui estudantes universitários, pesquisadores(as), equipe técnica do PEA, representantes de comunidades de pesca artesanal e a sociedade como um todo, em torno de pautas de lutas, essenciais para a manutenção dos modos de vidas das comunidades de pesca artesanal.

Em relato para a resenha, uma das autoras, educadora ambiental do PEA Pescarte, que também é liderança e pescadora artesanal, reforçou a importância do mapeamento de conflitos. Ela nos destacou o mapeamento como um processo muito importante para colocar em tela as injustiças as quais são submetidas as comunidades de pesca. Para ela, o mapeamento confere uma maior visibilidade aos conflitos estabelecidos, que na maioria das vezes ficam restritos às próprias comunidades tradicionais envolvidas. Também ressaltou a importância do conhecimento científico contribuir com as pautas de lutas das comunidades de pesca artesanal, em colaboração com os saberes artesanais.

Como exemplo de conflito presente no mapa, destacamos as injustiças oriundas do ordenamento pesqueiro inadequado, que instituiu um período de defeso prejudicial à comunidade da Praia do Siqueira, em Cabo Frio, onde a pescadora reside. Para ela, o período inadequado está diretamente relacionado à invisibilidade conferida pelo Estado, às vivências e experiências das comunidades de pesca, que há muito tempo denunciam que o período estipulado para a interrupção da pesca de camarão não é o correto. Outro conflito ambiental, também nesta localidade, se refere ao saneamento básico inadequado, processo que tem destruído o território pesqueiro, visto o despejo de esgoto in natura no local.

Apesar da existência de projetos como o PEA Pescarte e do apoio de Universidades, a pescadora destaca a falta de esperança presente no grupo de pescadores(as) da Praia do Siqueira, visto que, ouve recorrentemente de outros pescadores(as), frases pessimistas com relação ao futuro do território pesqueiro, como: “isso aí vai virar um campo de futebol logo, logo! Acabou a arte de pesca aqui na praia do Siqueira.”

Por fim, ela ponderou que apesar da desesperança, acredita que os projetos e o conhecimento científico são importantes aliados para a pesca artesanal, pois ampliam as vozes dos(as) pescadores(as) e permitem que os impactos sofridos durante anos sejam reconhecidos pelo Poder Público. Para ela, a exposição dos conflitos ambientais demonstra o que de fato está ocorrendo de maneira inadequada, conflitos que colocam em risco, não somente a subsistência das comunidades tradicionais que dependem da pesca artesanal, mas também de todos os moradores das comunidades impactadas.

REFERÊNCIA

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul/** 1. ed-Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.